

## Capital Social no Programa “Olho Vivo no Dinheiro Público”

**CGU** | Período de 2009 a 2010

**Pesquisadora:** Ana Cristina Brito Arcoverde

**Bolsistas:** Creusa da Silva Melo

A Controladoria-Geral da União (CGU) vem desenvolvendo o Programa “Olho Vivo” no Dinheiro Público como forma de incentivar o controle social, tendo por meta fazer com que o cidadão, em cada município, participe ativamente para a melhor aplicação dos recursos públicos. A iniciativa buscou num primeiro momento sensibilizar e orientar conselheiros municipais, lideranças locais, agentes públicos municipais, professores e alunos sobre a relevância da transparência na administração pública, da responsabilização e do cumprimento dos dispositivos legais.

Para tanto utilizou metodologia baseada em amostra aleatória de um território municipal onde acontecem capacitações para que os participantes atuem como multiplicadores da temática e sejam motivados a conduzir os processos de aprendizagem em suas práticas sociais. A pesquisa foi realizada no sentido de identificar o perfil dos agentes sociais que participaram das capacitações e resultou em subsídios para um mapeamento da participação daqueles agentes, inclusive identificando novas temáticas surgidas nas demandas apresentadas e que consubstanciam proposta de estratégia para aprimorar o desempenho da função de agente social.

Sabendo-se que controle social não é mera fiscalização, mas é exercício democrático – socialização do poder - num Estado de direitos, e que o seu exercício depende da ampliação da participação do cidadão, necessário se faz captar/conhecer o capital social existente e disponível em cada município brasileiro para mobilizando-o gerar não somente confiança entre a sociedade civil organizada, mas sobretudo possibilitando o fortalecimento de redes organizacionais.

Para tanto propomos uma metodologia de captação do capital social em cada município como subsídio à continuidade e ampliação da participação da população no Programa Olho Vivo no Dinheiro Público. Acredita-se que o projeto de uma metodologia de captação do capital social ensinará aproximação do cidadão aos órgãos de controle para além de sua percepção como mero órgão de fiscalização, ao tempo que potencializará o exercício da democracia, e ampliará o horizonte de transparência na co-gestão da “rés” pública. Entre população organizada e CGU novas relações de cooperação poderão ser construídas, como também poderá ser ampliada a confiança mútua no sentido de aperfeiçoar nossa democracia..

Por capital social entende-se o conjunto de organizações da sociedade civil que desenvolvem ações voltadas para melhorar o desempenho de instituições políticas (Putnam, 2000). O desempenho das instituições públicas tem tudo a ver com a conduta social porquanto é construção da própria

sociedade. O desenvolvimento de comunidades cívicas é importante pois contribui para a formação de círculos virtuosos democráticos caracterizado pela construção de relação de confiança que fortalece as instituições públicas responsáveis pela gestão do dinheiro público como “rés” pública.

### **Metodologia para captação do capital social nos municípios brasileiros**

#### **Momento 1:** captação do capital social nos municípios brasileiros

- A) identificação das organizações sociais, políticas e econômicas de cada município da federação brasileira;
- B) visitas aos municípios para apresentação da proposta e sensibilização da população para a participação no processo de identificação das organizações;
- C) visitas às organizações oficiais de registro de organizações sociais, como: prefeituras, cartórios, junta comercial, etc. para coleta de informações;
- D) construção de instrumento de coleta de dados – questionário semi-estruturado – para identificação das organizações que conformam o capital social;
- E) coleta e classificação das informações;
- F) organização de um catálogo classificador por município e natureza das organizações identificadas.

#### **Momento 2:** Mobilizando parcerias e conformando redes organizacionais

- A) realização de reuniões com as organizações identificadas nos municípios brasileiros;
- B) engajamento de organizações no estabelecimento de parcerias visando potencializar o capital social e ampliar a participação dos cidadãos;
- C) caracterização de redes organizacionais para o desenvolvimento da cooperação entre as organizações e a CGU no sentido de ampliação do controle social;
- D) preparação de oficinas de esclarecimento sobre controle social, democracia, confiança e capital social;
- E) criação da rede de capital social nos municípios brasileiros.

#### **Momento 3:** Co-gestão do dinheiro público

- A) construção de uma pauta de ações – Agenda Pública de controle social - a serem realizadas pelas organizações e redes de participantes em parceria com a CGU;
- B) ações de acompanhamento e gestão do dinheiro público;
- C) reuniões de monitoramento da co-gestão entre CGU e organizações e redes sociais na gestão da coisa pública;

D) elaboração de instrumentos de gestão – matriz de gestão por resultados, controle social, transparência, monitoramento.

**Momento 4:** Avaliação do Programa olho vivo no dinheiro público

- A) elaboração de instrumento de avaliação da participação de organizações e redes organizacionais no programa olho vivo no dinheiro público;
- B) avaliação do grau de confiança estabelecido entre o CGU e as diversas organizações como capital social;
- C) avaliação da compreensão dos órgãos de controle e do estabelecimento de parcerias para aperfeiçoamento da gestão pública;
- D) avaliação da participação das organizações e redes organizacionais no programa olho vivo no dinheiro público;
- E) avaliação do grau de transparência obtido com a parceria CGU organizações e redes sociais.

Ao final de cada momento será apresentado documento resultado ou produto intermediário das atividades desenvolvidas em cada momento. Igualmente será elaborado relatório final do projeto.